



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**

PALÁCIO DO POVO JORGE GONÇALVES FIGUEIREDO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA MESA DIRETORA

---

Ofício nº 05/2023–GP

São João Batista, 23/02/2023.

A Ilustríssima Senhora  
**ERLLEM FERNANDA CARNEIRO PINTO**  
Secretária Municipal de Assistência Social  
LOCAL

Assunto: manifestação de resposta/cópia/Lei Municipal  
Ref.: Ofício nº 17/2023

Senhora Secretária,

Em atenção à solicitação contida no expediente em epígrafe lamento informar a Vossa Senhoria que **não consta** nos arquivos da Câmara Municipal cópia da **LEI MUNICIPAL Nº 327/2013**.

Além disso, cumpre ressaltar que, tanto no passado quanto no presente, o Chefe do Poder Executivo costuma não enviar para a Câmara Municipal cópias das leis sancionadas, não obstante, reiteradamente, exorar no expediente de remessa dos projetos de lei que seja remetida a esta Casa uma cópia da proposta aprovada devidamente sancionada em Lei Municipal ou notícia de veto, total ou parcial, informando, necessariamente, em ambos os casos, a forma de publicação.

Contudo, encaminho anexo a V. Sa., em mídia digital, cópia integral do **projeto de lei nº 10/2013**, devidamente aprovado por esta Casa Legislativa, que *“institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor do Município de São João Batista-MA e dá outras providências”*.

Atenciosamente,

Vereador **FRANCISCO PINTO SANTOS**  
Presidente da Mesa Diretora



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

**PROCESSO:** CM. 010/2013-SE

**DATA:** 25/04/2013

**INTERESSADO:**  
PODER EXECUTIVO

**ASSUNTO:**

Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor do Município de São João Batista – MA, e dá outras providências.

**AUTUAÇÃO:**

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de abril de dois mil e treze (2013), nesta cidade de São João Batista, na Secretaria Executiva da Câmara municipal de São João batista, autuo os documentos que adiante seguem todos rubricados de fls. 01(um) a 16(dezesseis). Eu, Taise Martins Araújo, Auxiliar Administrativo da Câmara Municipal, subscrevo e encaminho os autos nesta data ao Gabinete da Presidência.

**AUTUEI.**

*Taise Martins Araújo*  
Taise Martins Araújo  
Auxiliar Administrativo



Projeto de Lei nº 010/2013

<b>PROTOCOLO</b>
CÂMARA MUN. SÃO JOÃO BATISTA
NÚMERO 010/2013
DATA: 26/04/2013
SERVIDOR

APROVADO EM 1º TURNO

APROVADO EM 2º TURNO

Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor do Município de São João Batista-MA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO JOÃO BATISTA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Aprovado em: 23/10/2013

Luiz Everton  
Presidente

Uirarui Dominici  
1º Secretário

**Art. 1º** Esta Lei regula o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao microempreendedor individual (MEI), às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), doravante simplesmente denominadas MEI, ME e EPP, em conformidade com o que dispõe os artigos 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal, a Lei Complementar Federal 123/06 e Lei Estadual 9.529/2011, criando a LEI GERAL MUNICIPAL DO MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA-MARANHÃO.

**Parágrafo único.** Aplicam-se ao Micro Empreendedor Individual - MEI todos os benefícios e todas as prerrogativas previstas nesta Lei para às Micros Empresas-ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP.

**t. 2º** O tratamento diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual incluirá, entre outras ações dos órgãos e entes da administração municipal:

- I - os incentivos fiscais;
- II - a inovação tecnológica e a educação empreendedora;
- III - o associativismo e as regras de inclusão;
- IV - o incentivo à geração de empregos;
- V - o incentivo à formalização de empreendimentos;
- VI - a unicidade e a simplificação do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;
- VII - a criação de banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários;

CÂMARA MUNICIPAL  
Processo nº: 10/2013  
Folha: 01  
Rubrica: [assinatura]

CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239



VIII - a simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas, inclusive com a definição das atividades consideradas de alto risco;

IX - a regulamentação do parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

X - a preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

**Art. 3º** Cria-se o Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, ao qual caberá gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido ao Micro Empresário Individual-MEI, às Micros Empresas-ME e às Empresas de Pequeno Porte-EPP de que trata esta Lei, competindo a

e:

I - regulamentar, mediante resoluções, a aplicação e a observância desta Lei.

II - gerenciar os subcomitês técnicos que atenderão às demandas específicas decorrentes dos capítulos desta Lei;

III - estabelecer o regimento interno do Comitê Gestor Municipal, disciplinando as omissões desta Lei.

**Art. 4º** O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, de que trata a presente Lei, será constituído por 07 (sete) membros, com direito a voto, representantes dos seguintes órgãos e instituições, indicados pelos mesmos:

I - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

II - Secretaria da Municipal de Finanças;

III - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente

III - 01 Representante da Atividade de Panificação;

IV - 01 Representante da Atividade de Vendas de Miudezas;

V - 01 Representante da Atividade de Restaurante e Venda de Alimentos;

VI - 01 Representante da Atividade de Prestação de Serviços e Obras de Engenharia;

VII - 01 Representante da Atividade Agrícola, Pecuária, Apicultura e outras assemelhadas.

§ 1º - O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas será presidido pelo Secretário de Administração e Planejamento que é considerado membro-nato.

§ 2º - O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas promoverá pelo menos uma conferência anual, a ser realizada preferencialmente no mês de novembro, para a qual serão convocadas as entidades envolvidas no processo de geração de emprego e renda e qualificação profissional, incluídos os outros Conselhos Municipais e das microrregiões.

§ 3º - O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas terá uma secretaria executiva, à qual competem às ações de cunho operacional demandadas pelo conselho e o fornecimento das informações necessárias às suas deliberações.

C. M. ARA MUNICIPAL  
Processo nº: 10/2013  
Folha: 02  
Rubrica: \_\_\_\_\_

CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239



§ 4º - A secretaria executiva mencionada no parágrafo anterior será exercida por servidores indicados pela presidência do Comitê Gestor.

§ 5º - O município, com recursos próprios e/ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas, assegurará recursos suficientes para garantir a estrutura física e a de pessoal necessária à implantação e ao funcionamento do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas e de sua secretaria executiva.

**Art. 5º** Os membros do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão indicados pelos órgãos ou pelas entidades a que pertençam e nomeados por portaria do chefe do Executivo municipal.

§ 1º - Cada representante efetivo terá um suplente e mandato por um período de 02 (dois) anos, sendo permitida recondução.

§ 2º - Os representantes das secretarias municipais, no caso de serem os próprios titulares das respectivas pastas, terão seus mandatos coincidentes com o período em que estiverem no exercício do cargo.

§ 3º - O suplente poderá participar das reuniões com direito a voto, devendo exercê-lo, quando representar a categoria na ausência do titular efetivo.

§ 4º - As decisões e as deliberações do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão tomadas sempre pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º - O mandato dos conselheiros não será remunerado a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao município.

## CAPÍTULO II DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO Seção I Da inscrição e baixa

**Art. 6º** Todos os órgãos públicos envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas deverão observar os dispositivos constantes nesta Lei, na Lei Complementar Federal nº 123/06, na Lei Estadual 9.529/2011 e nas Resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

Parágrafo único. O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial e opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da REDESIM.

### Seção II

C. M. JARA MUNICIPAL  
Processo nº: 10/2013  
Folha: 03  
Rubrica: [assinatura]

CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239



### Do alvará

**Art. 7º** Fica instituído o Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

§ 1º - Para efeitos desta Lei, considera-se como atividade de alto risco aquelas que assim forem definidas pelo Comitê Gestor da REDESIM.

§ 2º - O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado se, após a notificação da fiscalização orientadora, não forem cumpridas as exigências e os prazos estabelecidos pelo Comitê Gestor da REDESIM.

§ 3º - Será concedido alvará de funcionamento em residência ao MEI, a ME e EPP, desde que a atividade esteja excluída de risco médio e alto conforme leis municipais.

**Art. 8º** Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor, que tem as seguintes atribuições:

I - disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;

II - emissão da certidão de zoneamento na área do empreendimento;

III - orientação a respeito dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;

IV - emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária.

§ 1º - Na hipótese de indeferimento de inscrição municipal, o interessado será informado a respeito dos fundamentos e será oferecida na Sala do Empreendedor orientação para adequação à exigência legal.

§ 2º - Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Sala do Empreendedor, a administração municipal firmará parceria com outras instituições para oferecer orientação com relação à abertura, ao funcionamento e ao encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no município.

### CAPITULO III DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

**Art. 9º** A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às microempresas, empresas de pequeno porte e demais contribuintes,

C. M. A. MUNICIPAL  
Processo nº: 10/2013  
Folha: 02  
Rubrica: [assinatura]

CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239



deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

**Art. 10** Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço a fiscalização.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

**Art. 11** A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento, e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

**Art. 12** Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.

§ 1º - Quando o prazo referido neste artigo não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar junto ao órgão de fiscalização um termo de ajuste de conduta, no qual, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no termo.

§ 2º - Decorridos os prazos fixados no caput ou no Termo de Ajuste de Conduta (TAC), sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

#### CAPITULO IV DO REGIME TRIBUTÁRIO

**Art. 13** As MEs e EPPs optantes pelo Simples Nacional recolherão o ISSQN com base nesta Lei, em consonância com a Lei Complementar Federal n. 123/06, e regulamentação pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

**Art. 14** O MEI poderá optar pelo recolhimento do ISSQN em valor fixo mensal, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, conforme previsto no art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123/06.

**Art. 15** A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 116/03, e deverá observar as seguintes normas:

C. M. M. A. MUNICIPAL  
Processo nº: 1012013  
Folha: 05  
Rubrica: [assinatura]

CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239



I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123/06 para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início das atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicado pelo tomador à alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal n. 123/06;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput deste artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

### Seção I Dos benefícios fiscais

**Art. 16** O MEI, a ME e a EPP terão os seguintes benefícios fiscais:

I - redução de 20% (vinte por cento) no pagamento da taxa de licença e fiscalização para localização, instalação e funcionamento de microempresas e empresas de pequeno porte;

II - ficam reduzidos a O (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença e ao cadastro do microempreendedor individual;

III - redução de 20% (vinte por cento) no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) nos primeiros 12 (doze) meses de instalação, incidente sobre único imóvel próprio, alugado ou cedido que seja utilizado pela microempresa e empresa de pequeno porte;

C. M. M. MUNICIPAL  
Processo nº: 10/2013  
Folha: 06  
Rubrica: [assinatura]

CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239





IV - isenção do ISS para as empresas cuja receita bruta nos últimos 12 (doze) meses não ultrapassar o limite de R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

V - redução da base de cálculo do ISS, no percentual de 15% (quinze por cento), para as empresas cuja receita bruta nos últimos 12 (doze) meses não ultrapassar o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

**Art. 17** Os benefícios previstos nesta Lei, não constantes na Lei Complementar Federal 123/06, aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos após a vigência desta Lei, desde que a empresa tenha ingressado no regime geral da ME e EPP nos termos da Lei Complementar Federal 123/06.

**Art. 18** Os prazos de validade das notas fiscais de serviços passam a ser os seguintes, podendo cada prazo ser prorrogado por igual período se isso for requerido antes de expirado:

I - para empresas com mais de 2 (dois) e até 3 (três) anos de funcionamento, 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva impressão;

II - para empresas com mais de 3 (três) anos de funcionamento, 20 (vinte) dias, contados da data da respectiva impressão.

**Art. 19** As MEs e as EPPs cadastradas com previsão de prestação de serviços, e que não estejam efetivamente exercendo essa atividade, poderão solicitar dispensa de confecção de talões de notas fiscais de serviço.

## CAPÍTULO V DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

**Art. 20** Caberá ao Executivo municipal a designação de servidor e área responsável em sua estrutura funcional para a efetivação dos dispositivos previstos na presente Lei, observadas as especificidades locais.

§ 1º - A função de Agente de desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que busquem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei Complementar, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

§ 2º - O agente de desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I - residir na área da comunidade em que atuar;

II - ter concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de agente de desenvolvimento;

III - ter concluído o ensino fundamental/primeiro grau.

C. MARA MUNICIPAL  
Processo nº: 30/2013  
Folha: 07  
Rubrica: [assinatura]

CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239



SECRETARIA DE GOVERNO

§ 3º - Caberá ao agente de desenvolvimento buscar junto aos entes públicos e organismos de apoio e representação empresarial, o suporte para ações de capacitação, estudos, pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

**CAPITULO VI**  
**DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**  
**Da gestão da inovação**

**Art. 21** O Poder Público municipal criará a Comissão Permanente de Tecnologia e Inovação do município, com a finalidade de promover a discussão de assuntos relativos à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico de interesse do município, o acompanhamento dos programas de tecnologia do município e a proposição de ações na área de ciência, tecnologia e inovação de interesse do município e vinculadas ao apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte.

Parágrafo único. A comissão referida no caput deste artigo será constituída por representantes, titulares e suplentes, de instituições científicas e tecnológicas, centros de pesquisa tecnológica, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, agências de fomento e instituições de apoio, associações de microempresas e empresas de pequeno porte e de Secretaria Municipal que o município indique.

**CAPITULO VII**  
**DO ACESSO AOS MERCADOS**  
**Seção I**  
**Das aquisições públicas**

**Art. 22** Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do disposto na Lei Complementar Federal nº123/06 e da Lei Estadual nº 9.529/2011.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto nesta Lei, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

**Art. 23** Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, a administração pública municipal deverá:

I - instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os cadastros existentes para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, com as

C. M. A. R. A. MUNICIPAL  
Processo nº: 10/2013  
Folha: 08  
Rubrica: [assinatura]

CNPJ: 35.101.369/0001-75



respectivas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações;

II - divulgar as especificações de bens e serviços contratados de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adéquem os seus processos produtivos;

III - na definição do objeto da contratação, não deverá utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das microempresas e empresas de pequeno porte;

IV - estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações.

**Art. 24** As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos incisos I e 11 do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município ou na região.

**Art. 25** Exigir-se-á da microempresa e da empresa de pequeno porte, para habilitação em quaisquer licitações do município para fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, apenas o seguinte:

I - ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II - inscrição no CNPJ, para fins de qualificação;

III - certidão atualizada de inscrição na Junta Comercial do Estado, com a designação do porte (ME ou EPP).

**Art. 26** A comprovação de regularidade fiscal das MEs e EPPs somente será exigida para efeitos de contratação e não como condição para participação na habilitação.

§ 1º - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, do pagamento ou do parcelamento do débito, e para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º - Entende-se o termo "declarado vencedor" de que trata o parágrafo anterior o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso da modalidade de pregão, e, nos demais casos, o momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos para regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

§ 3º - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará a preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

C. M. A. R. A. MUNICIPAL  
Processo nº: 10/2013  
Folha: 09  
Rubrica: 

CNPJ: 35.101.369/0001-75



§ 4º - O disposto no parágrafo anterior deverá constar no instrumento convocatório da licitação.

**Art. 27** As entidades contratantes deverão, nos casos de contratações cujo valor seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), exigir dos licitantes, para fornecimento de bens, serviços e obras, a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte em percentual mínimo de 5% (cinco por cento), sob pena de desclassificação.

§ 1º - A exigência de que trata o caput deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.

§ 2º - É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

§ 3º - As microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas nas propostas dos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.

§ 4º - A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente contratado até a sua execução total, notificando o órgão ou a entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 5º - A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

§ 6º - Os empenhos e os pagamentos do órgão ou da entidade da administração poderão ser destinados diretamente às microempresas e às empresas de pequeno porte subcontratadas.


§ 7º - Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do § 5º, a administração deverá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

§ 8º - Não deverá ser exigida a subcontratação quando esta for inviável, não for vantajosa para a administração pública municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

**Art. 28** A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

- I - microempresa ou empresa de pequeno porte;
- II - consórcio composto em sua totalidade ou parcialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

**Art. 29** Nas licitações para a aquisição de bens, produtos e serviços de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, a administração pública municipal

C. M. M. MUNICIPAL  
Processo nº: 10/2013  
Folha: 10  
Rubrica: 

CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239



SECRETARIA DE GOVERNO

deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º - O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na totalidade do objeto, sendo-lhes reservada exclusividade de participação na disputa de que trata o caput.

§ 2º - Aplica-se o disposto no caput sempre que houver, local ou regionalmente, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atendam às exigências constantes no instrumento convocatório.

§ 3º - Admite-se a divisão da cota reservada em múltiplas cotas, objetivando-se a ampliação da competitividade e observando-se o seguinte:

- a soma dos percentuais de cada cota em relação ao total do objeto não poderá ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento).

§ 4º - Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

**Art. 30** Nas licitações, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º - Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

§ 2º - Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será apurado após a fase de lances e antes da negociação e corresponderá à diferença de até 5% (cinco por cento) superior ao valor da menor proposta ou do menor lance, caso os licitantes tenham oferecido.

**Art. 31** Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 34, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 34, será realizado sorteio entre elas para que se identifique a que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

C. M. A. MUNICIPAL  
Processo nº: 106208  
Folha: 11  
Rubrica: [assinatura]

CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239



§1º - Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos incisos I, li e 111, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º - O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º - No caso de pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 10 (dez) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III deste artigo.

§ 4º - Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser estabelecido pelo órgão ou pela entidade licitante e deverá estar previsto no instrumento convocatório, sendo válido para todos os fins a comunicação feita na forma que o edital definir.

**Art. 32** Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

**Art. 33** Não se aplica o disposto nos artigos 29 a 36 quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II- não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24, incisos III e seguintes, e 25 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

**Art. 34** O valor licitado por meio do disposto nos artigos 29 a 36 não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil

**Art. 35** Para os efeitos desta Lei, ficam adotados na íntegra os parâmetros de definição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), constantes da Lei Complementar 123/2006 e das Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

C. M. A. R. A. MUNICIPAL  
Processo nº: 10/2013  
Folha: 12  
Rubrica: [assinatura]

CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239



**Art. 36** O município proporcionará a capacitação dos pregoeiros, da equipe de apoio e dos membros das comissões de licitação da administração municipal sobre o que dispõe esta Lei.

**Art. 37** A administração pública municipal definirá, em 180 dias a contar da data da publicação desta Lei, meta anual de participação das micro e pequenas empresas nas compras do município, que não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) e implantar controle estatístico para acompanhamento.

**Art. 38** Em licitações para aquisição de produtos para merenda escolar, destacadamente aqueles de origem local, a administração pública municipal deverá utilizar preferencialmente a modalidade do pregão presencial.

## Seção II

### Estímulo ao mercado local

**Art. 39** A administração pública municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

## CAPITULO VIII DO ESTIMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

**Art. 40** A administração pública municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das empresas de micro e pequeno portes, poderá reservar, em seu orçamento anual, percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, solidos ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou pela União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

**Art. 41** A administração pública municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas por meio de instituições, tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do município ou da região.

**Art. 42** A administração pública municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do município ou da região.

CÂMARA MUNICIPAL  
Processo nº: 10/2013  
Folha: 13  
Rubrica: 



CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239



**Art. 43** A administração pública municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, públicas e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte.

**Art. 44** A administração pública municipal fica autorizada a criar Comitê Estratégico de Orientação ao Crédito, coordenado pelo Poder Executivo do município e constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro, de capitais e/ou de cooperativas de crédito, com o objetivo de sistematizar as informações relacionadas a crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às microempresas e empresas de pequeno porte do município, por meio das secretarias municipais competentes.

§ 1º - Por meio desse comitê, a administração pública municipal disponibilizará as informações necessárias aos empresários de micro e pequenas empresas localizados no município a fim de obter linhas de crédito menos onerosas e com menos burocracia.

§ 2º - Também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício.

§ 3º - A participação no comitê não será remunerada.

## CAPITULO X DO ASSOCIATIVISMO

**Art. 45** O Poder Executivo incentivará microempresas e empresas de pequeno porte a organizarem-se em cooperativas, na forma das sociedades previstas na Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 9.529/2011.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo poderá alocar recursos para esse fim em seu orçamento.

**Art. 46** O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no município por meio de:

I - estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, tendo em vista o fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II - estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III - estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, tendo em vista a

C. M. A. R. A. MUNICIPAL  
Processo nº: 102013  
Folha: 14  
Fabrica: [assinatura]

CNPJ: 35.101.369/0001-75





- inclusão da população do município no mercado produtivo, fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;
- IV - criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;
- V - apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;
- VI - cessão de bens e imóveis do município.

### Capítulo XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 47** Fica instituído o Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa e do Desenvolvimento, que será comemorado em 05 de outubro de cada ano.  
Parágrafo único. Nesse dia, será realizada audiência pública na Câmara dos Vereadores, amplamente divulgada, em que serão ouvidas lideranças empresariais e debatidas propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação específica.

**Art. 48** A Secretaria Municipal de Finanças elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e das vantagens instituídos por esta Lei, especialmente buscando a formalização dos empreendimentos informais.


Art.49. A administração pública municipal, como forma de estimular a criação de micro e pequenas empresas no município e promover o seu desenvolvimento, incentivará a criação de programas específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.

**Art. 50** Toda a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 51** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

**Art. 52** Revogam-se as demais disposições em contrário.

São João Batista, 25 de Abril de 2013

  
Amarildo Pinheiro Costa  
Prefeito  
CPF: 406.883.303-63

C. M. A. R. A. MUNICIPAL  
Processo nº: 101203  
Folha: 15  
Rubrica: 

CNPJ: 35.101.369/0001-75

PRAÇA DA MATRIZ, N 29, CENTRO, CEP 65.225-000 - FONE 98 3359.1239



Mensagem nº 009/2013  
Projeto de Lei

**Ao Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara de  
São João Batista e demais Vereadores**



Tenho a honra de dirigir-me a V. Ex. e aos seus ilustres pares, para encaminhar o Projeto de Lei que "Institui a Lei Geral da Microempresa, de Pequeno Porte e Microempreendedor do Município de São João Batista/MA".

As questões econômicas municipais tem se tornado cada vez mais complexas no tocante a dependência cada vez maior de recursos públicos por parte dos municípios. Isto exige do Poder Público especial atenção a novas alternativas visando fomentar o desenvolvimento e modernização sócio-econômica dos mesmos, adequando a legislação no sentido de atender principalmente aos anseios dos empreendedores locais, que precisam estabelecer parcerias com o governo municipal.

O tratamento diferenciado a esses empreendedores previstos no art. 2º deste Projeto de Lei além de outros incentivos previstos e descritos nos diversos artigos do presente projeto irá proporcionar condições de isonomia com concorrentes de outras localidades.


Para exemplificar, quando das contratações públicas de bens, serviços e obras do município será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte no que se refere a incentivos fiscais e tributários, documentação e microcrédito orientado e coordenado pelo poder executivo.

Posto isto e com a convicção que esta proposição será bem recebida por Vossa Excelência e demais parlamentares, espero a sua aprovação na íntegra, ao tempo em que renovo protestos de apreço e consideração.

São João Batista, 25 de Abril de 2013

Cordialmente,

  
Amarílio Pinheiro Costa  
Prefeito  
CPF: 406.883.303-63

CÂMARA MUNICIPAL  
Processo nº: 10/2013  
Folha: 16  
Rubrica: 

CNPJ: 35.101.369/0001-75



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA  
PALÁCIO DO POVO JORGE GONÇALVES FIGUEIREDO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

## DESPACHO

### PROCESSO N° 09/2013


PROPOSIÇÃO	Projeto de Lei n° 10/2013
DATA	25/04/2013
AUTOR	Poder Executivo
ASSUNTO	Instituir a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor do Município de São João Batista - MA, e dá outras providências.
TRAMITAÇÃO	Ordinária

Visto.

Encaminhem – se os autos à Comissão de Orçamento, Finanças, Obras Públicas, Planejamento e Patrimônio Municipal, para emitir parecer escrito no prazo regimental.

Após, retornem – se conclusos.

São João Batista – MA, 23 de maio de 2013.

  
Luiz Carlos Pinto Everton  
Presidente  
CPF: 219.766.703-25



## PARECER Nº 11/2013

PROPOSIÇÃO	Projeto de Lei nº 10/2013
DATA	25/04/2013
AUTOR	Poder Executivo
ASSUNTO	Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor do Município de São João Batista – MA, e dá outras providências.
LEITURA EM PLENÁRIO	22/05/2013
TRAMITAÇÃO	Ordinária
RELATOR	Ver. Carlos Renato Ferreira Machado
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Arts. 146, III, “d”, 170, IX e 179 da Constituição Federal; Lei Complementar Federal nº 123/06; e Lei Estadual nº 9.529/2011.

### 1 – BREVE RELATÓRIO

Trata esta Comissão de analisar o mérito da proposição acima identificada.

### 2 – DO ENTENDIMENTO DO RELATOR

Entende o Relator que a proposta de lei em discussão *“encontra-se elaborada de acordo com as diretrizes do Regimento Interno da Câmara Municipal de São João Batista/MA e demais legislações pertinentes”*.

#### DECISÃO DO RELATOR

*“Ante o exposto, opino pela acolhida favorável do PROJETO DE LEI Nº 10/2013. É como voto”*.

### 3 – CONTESTAÇÕES DOS MEMBROS DA COMISSÃO AO ENTENDIMENTO E VOTO DO RELATOR

- 1 – Vereador Uirarui Martins Dominici (Uira) – sem contestação;
- 2 – Vereador Emerson Livio Soares Pinto (Mecinho) – sem contestação;
- 3 – Vereador Rui Costa Serra (Rui) – sem contestação;



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA  
PALÁCIO DO POVO JORGE GONÇALVES FIGUEIREDO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

---

#### 4 – VOTOS NOMINAIS ABERTOS

- 1 – Vereador Uirarui Martins Dominici (Uira) – favorável;
- 2 – Vereador Emerson Livio Soares Pinto (Mecinho) – favorável;
- 3 – Vereador Rui Costa Serra (Rui) – favorável;

#### 5 – PARECER DA COMISSÃO

A comissão se reuniu no dia 15/10/2013, no Prédio da Câmara Municipal às 9:00h para discutir e votar a matéria em pauta. Foi discutida e aprovada por unanimidade o Projeto de Lei nº 10/2013.

Parecer favorável da Comissão.

Sala das Comissões, terça- feira, 15 de outubro de 2013.



**Vereador Uirarui Martins Dominici (Uira)**  
**Presidente**



**Vereador Emerson Livio Soares Pinto (Mecinho)**  
**Relator**



**Vereador Rui Costa Serra (Rui)**  
**Membro**

Encaminhem-se os autos conclusos à Presidência da Mesa Diretora para as providências cabíveis.

COF, terça - feira, 16/10/2013.



**Vereador Uirarui Martins Dominici (Uira)**  
**Presidente**